

Infodemia no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil: uma política de contaminação?¹

Infodemic in the context of the COVID-19 pandemic in Brazil: a contamination policy?

Lilian Sagio Cezar ^a 

Anderson Jamar Neves Maciel ^b 

RESUMO: Neste artigo descrevemos e analisamos questões relacionadas às estratégias de gestão da pandemia no âmbito do Governo Federal em interface com os fluxos de (des)informação relacionados à COVID-19. Para tanto, recorremos às considerações da Teoria Ator-Rede (TAR) para desenvolver uma descrição capaz de situar um emaranhado de elementos heterogêneos (humanos e não humanos) e refletir sobre os impactos, estratégias de gestão e fluxo de (des)informação relacionados à pandemia e seus impactos na condução de políticas sanitárias no Brasil. Nossa análise indica que a coordenação Federal foi insuficiente para gerenciar e mitigar a crise sistêmica decorrente da COVID-19 no Brasil e as escolhas políticas do atual Governo Federal promoveram a disseminação de desinformação com efeitos negativos sobre a própria gestão da pandemia.

Palavras-chave: COVID-19; Infodemia; Desinformação.

ABSTRACT: In this article, we describe and analyze issues related to pandemic management strategies within the Federal Government in interface with the flows of (mis)information related to COVID-19. Therefore, we resorted to the considerations of the Actor-Network Theory (ANT) to develop a description of heterogeneous elements (human and non-human) and reflect on the management strategies and flow of (mis)information related to the pandemic and its impacts on the conduct of health policies in Brazil. Our analysis indicates that the Federal coordination was insufficient to manage and mitigate the various faces of the systemic crisis caused by the pandemic and helps to understand how policy options of the current Federal Government promoted the dissemination of misinformation with negative effects on the management of the COVID-19 pandemic in Brazil.

Keywords: COVID-19; Infodemic; Misinformation.

^a Laboratório de Estudos do Espaço Antrópico, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

^b Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, RJ, Brasil.

* Correspondência para/Correspondence to: Lilian Sagio Cezar. Endereço: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem. Av. Alberto Lamego, 2000, CCH, SALA 105, Parque Califórnia. CEP: 28015-210 - Campos dos Goytacazes, RJ - Brasil. E-mail: lsagio@hotmail.com.

Recebido em/Received: 13/04/2021; Aprovado em/Approved: 21/06/2021.

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/) 

¹ Esse artigo reflete resultados parciais da pesquisa #paCTopelavida: Reagrupando fronteiras entre ciência e sociedade em tempos de pandemia, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo delineamos um panorama administrável do contexto dos primeiros meses da pandemia mediante a articulação de elementos teóricos e empíricos que remetem a nossa questão central: **de que maneira a infodemia incide na gestão da pandemia de COVID-19 no Brasil?** Assim, descrevemos e analisamos questões relacionadas às estratégias de gestão da pandemia no âmbito do Governo Federal em interface com os fluxos de (des)informação relacionados à COVID-19.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) caracteriza como infodemia a superabundância de informações, algumas precisas e outras não, que circulam durante uma epidemia via sistemas de informação digital e física. Essa superabundância de informações pode gerar confusões, desinformação, conflitos e, em última instância, crise de desconfiança nas políticas de saúde pública, principalmente as políticas que provocam alterações no cotidiano da vida das pessoas (World Health Organization, 202).

Metodologicamente, recorreremos à Teoria Ator-Rede (TAR) para rastrear uma cadeia de mediações, ou seja, a partir de um quadro de observações, buscamos descrever elementos empiricamente relevantes para rastrear uma série de ações em que cada participante é tratado como mediador completo, humano ou não humano (vírus, tecnologias, instituições, etc.), capaz de tornar visível a sequência de mediações na rede de vínculos. Assim, “agência não é determinação ou escolha, mas resultado da descrição de uma ação, de um processo, ou melhor, de um fluxo de ação” (Rifiotis, 2016). O quadro de observações utilizado para a construção desta investigação se estabelece a partir da coleta de dados em fontes primárias digitais (Almeida, 2011). A pesquisa é qualitativa e hipotético-indutiva, uma vez que, a partir da descrição de um *quadro de observações* busca-se traçar reflexões sobre o emaranhado de elementos heterogêneos que provocam uma superabundância de informação no contexto da pandemia.

A pandemia de COVID-19 é um acontecimento em escala global com resultados em escala local (Segata, 2020a). Um de seus resultados tem sido o crescimento exponencial de desinformação que precedeu o impacto da pandemia (Galliotti et al, 2020), fato que levou a OMS considerar que gerenciar a pandemia de COVID-19 e a infodemia relacionada à ela requer uma ação rápida, regular e coordenada de vários setores da sociedade e do governo.

A OMS articulou uma rede internacional de pesquisa em resposta à COVID-19. Uma das primeiras ações foi desenvolver um banco de dados para coletar as últimas descobertas científicas e conhecimento sobre doenças causada por coronavírus². Nos dias 11 e 12 de fevereiro de 2020 a OMS promoveu um fórum global em Genebra (Suíça) com especialistas do mundo inteiro para discutir e avaliar o nível atual de conhecimento sobre a nova doença, identificar lacunas e trabalhar em conjunto para acelerar e financiar pesquisas prioritárias de acordo com o Plano de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)³ da OMS. Dois objetivos principais foram traçados: 1) acelerar pesquisas inovadoras para ajudar a conter a propagação da epidemia e facilitar o atendimento às pessoas afetadas; 2) apoiar pesquisas que contribuem para as plataformas globais de pesquisa na esperança de aprender com a resposta à pandemia atual para melhor se preparar para a próxima epidemia imprevista.

No Brasil, as ações de monitoramento da situação epidemiológica iniciaram em 22 de Janeiro de 2020 com a ativação do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública para o Novo Coronavírus. Esta estratégia está prevista no Plano Nacional de Resposta às Emergências em Saúde Pública do Ministério da Saúde. A partir de então foram publicados boletins periódicos sobre o avanço da COVID-19, diretrizes e recomendações de gestão da mesma em território nacional em consonância com a OMS (Ministério Da Saúde, 2020).

Para Henriques e Vasconcelos (2020) essas ações demonstram que “havia intenção de agir com transparência, informações atualizadas e fundamentação técnica na coordenação da resposta nacional”, no entanto, já havia sinais que apontavam para indefinições e mudanças de posição do Governo Federal, como o fato das ações e diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Saúde permanecerem enquanto recomendações e não tornadas obrigatórias pelo Governo Federal.

² Mais informações em: <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/global-research-on-novel-coronavirus-2019-ncov>. Acesso em: 20/10/2020

³O P&D coordenado pela OMS é uma estratégia global e um plano de preparação que permite a rápida ativação de atividades de P&D durante epidemias. Seu objetivo é acelerar a disponibilidade de testes, vacinas e medicamentos eficazes que podem ser usados para salvar vidas e evitar crises em grande escala. Mais informação em: <https://www.who.int/research-observatory/en/>. Acesso em: 26/10/2020.

A gestão da pandemia de COVID-19 no Brasil ocorre em um contexto peculiar de descompasso entre conhecimento técnico-científico e negação desse modelo de conhecimento e da pandemia enquanto fato relevante. Um dos episódios emblemáticos das polêmicas relacionadas à pandemia foi o pronunciamento presidencial de 24 de março de 2020, no qual o presidente ironiza o risco apresentado pela mesma. Esse posicionamento gera um fator político capaz de consolidar uma atmosfera de desestabilização na gestão da pandemia de COVID-19.

UMA CAMADA DA PANDEMIA: INFODEMIA

Em 2003 David J. Rothkopf utilizou o termo infodemia para designar o volume de desinformação ocasionado pela epidemia de SARS na Ásia, que era potencialmente mais perigosa do que o próprio vírus. Infodemia seria:

alguns fatos, misturados com medo, especulação e rumor, amplificado e transmitido rapidamente ao redor do mundo pelas modernas tecnologias de informação, com efeitos, nacional e internacional, sobre a economia, política e até sobre a segurança de maneira totalmente desproporcional à realidade [tradução livre] (Rothkopf, 2003)⁴.

Não se caracteriza pela simples disseminação de informação, mas pela interação de diferentes camadas de informação, baseada em distintas tecnologias de comunicação, “transmitindo alguma combinação de fato, boato, interpretação e propaganda. Pode ser mais difícil de entender por causa dos vários idiomas, culturas e atitudes em relação ao fluxo livre e aberto de informações” [tradução livre](Ibid.)⁵.

Posetti e Bontcheva (2020), no *Policy Brief - Disinfodemic: Deciphering COVID-19 disinformation* - da UNESCO, descrevem desinformação como conteúdo falso que tem um impacto potencialmente negativo, podendo ser diferenciada a partir das intenções de quem produz ou compartilha informações imprecisas. Assim, temos duas categorias: a desinformação produzida com a intenção de enganar, e a informação

⁴ Trecho original: *A few facts, mixed with fear, speculation and rumor, amplified and relayed swiftly worldwide by modern information technologies, have affected national and international economies, politics and even security in ways that are utterly disproportionate with the root realities.*

⁵ Trecho original: *[...] all transmitting some combination of fact, rumor, interpretation and propaganda. It can be rendered more difficult to understand by multiple languages, cultures and attitudes toward the free and open flow of the information.*

equivocada (*misinformation* em inglês)⁶ que é compartilhada acreditando-se em seu conteúdo, sem a intenção de produzir enganos ou obter benefícios.

A desinformação não é um problema propriamente novo, mas durante epidemias e pandemia, como a SARS e agora a COVID-19, produzem efeitos diretos e imediatos sobre nossas vidas, provocando um ambiente de incertezas e desconfiança (Posetti e Bontcheva, 2020).

Na avaliação de Machado et al. (2020), “o dano maior da desinformação no campo da saúde advém do fato que as únicas medidas atualmente eficazes no enfrentamento da pandemia de Covid-19 são as intervenções de saúde pública não farmacológicas”, como o distanciamento físico de pessoas, restrições de mobilidade, uso de máscaras e higienização das mãos. A eficácia dessas medidas estão diretamente relacionadas à observância de certos padrões de comportamento pela população segundo as orientações das autoridades de saúde. Os ruídos provocados pela desinformação incidem na adesão da população a estas medidas.

Outra questão é a “amplificação deste fenômeno na mesma medida em que cresce a penetração de Internet, as horas que as pessoas passam online e o número de usuários das principais redes e mídias sociais” (Lima et al., 2020)⁷. Nesse panorama de socialidades cada vez mais sociotécnica⁸, a propagação do novo coronavírus em escala mundial foi acompanhada de um crescimento exponencial de desinformação que precedeu o impacto da pandemia (Gallioti et al. 2020).

⁶ Em língua portuguesa não temos um termo equivalente para diferenciar *desinformation* e *misinformation*, ambos podem ser traduzidos como desinformação. Na versão em espanhol do *Policy Brief* da UNESCO encontramos o termo *información errónea*. Nesse artigo optamos em traduzir essa terminologia por *informação equivocada* mantendo um nexos com o sentido do termo, tanto em língua inglesa, como espanhola.

⁷ Em um mundo de desigualdade social, econômica, política e tecnológica, o acesso, o uso, a apropriação e a produção de informação são também muito desiguais, muito assimétricos. Apesar de um grande acesso à internet e tecnologias de informação e comunicação, sobretudo com a popularização de aparelhos móveis como os *smartphones*, da população mundial ainda há uma diferença significativa entre países do norte e do sul (LIMA et al., 2020). Vale recordar que se trata de um norte politicamente construído que faz uma imersão ao sul para incluir países como Austrália e Nova Zelândia (Santos, Meneses, Nunes, 2006)

⁸ Ressaltamos que em nossa perspectiva, nossas socialidades sempre foram, em algum grau, sociotécnicas, pois nossa experiência coletiva sempre envolveu elementos heterogêneos de ordem técnica. Nesse sentido compartilhamos a percepção de Latour (1994) que o ponto crítico da modernidade é a proliferação de híbridos e, por isso, destacamos uma noção de intensificação de socialidades sociotécnicas em oposição a percepção de ser essa uma característica nova na composição de nossa experiência coletiva.

ARTICULANDO REDES: RESPOSTAS DA OMS À INFODEMIA

A OMS considera que gerenciar a pandemia de COVID-19 e a infodemia relacionada à ela requer uma ação rápida, regular e coordenada de vários setores da sociedade e do governo. Buscando coordenar ações para transformar evidências em conhecimentos adaptados às especificidades dos contextos locais.

A OMS realizou em 7 e 8 de abril de 2020 a primeira consulta global para a gestão de infodemia⁹ sobre a COVID-19. A consulta global foi coordenada pelo Pilar de Gestão de Infodemia, do Departamento de Preparação Global para Riscos Infecciosos, com contribuições significativas de parceiros estratégicos como a *Information Network for Epidemics* (EPI-WIN)¹⁰.

Essa consulta global ocorreu por webinários sincrônicos na plataforma Zoom, com apresentações de painéis onde os participantes poderiam interagir com discussões, votando em enquetes e contribuindo com ideias e comentários pela plataforma Slido¹¹. Contou com um público de aproximadamente 1.300 pessoas de distintos campos profissionais, especialmente cientistas e representantes de organizações não governamentais, envolvendo também representantes de plataformas tecnológicas¹², profissionais do campo da saúde, organizações religiosas, jornalistas e profissionais da mídia (World Health Organization, 2020).

⁹A OMS compreende por gestão de infodemia a aplicação de intervenções baseadas em evidências que trazem informações compreensíveis e localizadas aos cidadãos e impulsionam um comportamento positivo de busca por saúde.

¹⁰ A EPI-WIN é uma rede dentro da OMS que une equipes técnicas e de rede social para divulgar e amplificar informações baseadas em evidências, assim como, rastrear e responder à desinformação, mitos e rumores sobre a COVID-19 e epidemias e pandemias subsequentes.

¹¹ Slido é uma plataforma de perguntas e respostas e votação para eventos e reuniões online que torna mais fácil para qualquer pessoa na platéia fazer suas perguntas. Essas plataformas digitais são atores importantes que possibilitam compor experiências coletivas, sobretudo, em um cenário de distanciamento físico.

¹² Essas plataformas de tecnologias, que se apresentam como empresas de tecnologias, como o *facebook* e *twitter*, são importantes atores no processo de comunicação hoje em dia e possuem seus próprios interesses em controlar e modular o fluxo de informações, ou seja, não são simples plataformas, mas possuem um papel relevante na reprodução e produção de conteúdo (Posetti e Bontcheva, 2020). Letícia Cesarino (2021) salienta que tais plataformas preferem se resguardar no rótulo de empresas de tecnologia a reconhecer que atuam, de fato, como empresas de comunicação, com todas as implicações regulatórias que isso poderia gerar.

A partir dessa consulta global foi montada a estrutura de resposta à infodemia da OMS que se baseia em 4 princípios: 1) intervenções e mensagens devem ser baseadas na ciência e evidências; 2) o conhecimento, baseado na ciência e evidências, deve ser traduzido em mensagens de mudança de comportamento acionáveis; 3) os governos devem chegar às comunidades-chave para entender suas preocupações e necessidades de informação; 4) as parcerias estratégicas devem ser formadas com as mídias sociais e plataformas de tecnologia e as partes interessadas.

Junto a esses princípios a OMS definiu 5 áreas de ação: 1) fortalecimento de evidências e informações; 2) simplificar e explicar o que é conhecido, verificar os fatos e lidar com a desinformação; 3) amplificar mensagens e alcançar as comunidades e indivíduos que mais precisam das informações; 4) quantificar e analisar a infodemia, incluindo fluxos de informação, monitorar a aceitação das intervenções de saúde pública e avaliar os fatores que afetam o comportamento em nível individual e populacional; 5) fortalecer os sistemas de gestão da infodemia em emergências de saúde (World Health Organization, 2020).

Essas respostas da OMS à infodemia podem ser um marco para uma agenda política de combate a esse problema dentro do escopo da saúde global. A definição de saúde global está atrelada às necessidades de saúde emergentes que são entendidas como um desafio comum a todos os países. Como tal, as estratégias de formulação de políticas estão articuladas em “evidências científicas de caráter transcultural como critério de justificação e intervenção sobre os sistemas nacionais de saúde, sobretudo entre os países pobres e em desenvolvimento” (Matta e Moreno, 2014). Desta maneira, a saúde global pode ser compreendida como um “construto social do campo científico e político em busca de estabilidade para impor-se como um novo paradigma na arena político-sanitária internacional” (Ibid.).

Para Machado et al. (2020) o sucesso dessas ações durante a epidemia de COVID-19 “pode representar o começo de uma nova era tanto na estratégia de comunicação da OMS e das autoridades sanitárias dos países, como da relação entre as empresas de tecnologia e a saúde pública”. Na avaliação de Gallotti et al. é possível pensar o gerenciamento da saúde pública por meio de um planejamento político cuidadoso a partir de uma perspectiva integrada, privilegiando igualmente suas dimensões biológica e informacional (Gallotti et al, 2020).

POLÍTICAS DE CONTAMINAÇÃO

Apesar das ações mundiais articuladas pela OMS para a gestão da pandemia, da infodemia e suas consequências para as políticas sanitárias e de saúde pública, verificou-se na prática a resistência de alguns líderes políticos nacionais quanto às medidas de profilaxia não medicamentosas necessárias para o eficaz enfrentamento da doença. Foram eles os presidentes dos Estados Unidos, Brasil, Suécia, Bielorrússia, Turquemenistão e Nicarágua.

Para Segata (2020b), “o novo vírus não afetou apenas a nossa saúde biológica, mas pois sob ameaça a saúde das relações internacionais e das microrrelações do cotidiano”. Com isto, o autor ressalta que as tecnologias de preparação para uma crise sanitária, como a pandemia de COVID-19, “formam um emaranhado de elementos negociáveis que podem fundamentar tomadas de decisão mais ou menos precárias [...] amplamente disputadas entre (des)vontades políticas” (Ibid.).

Quando as desinformações tornam-se expressão de (des)vontades políticas, seus efeitos tendem a se amplificar. “Quando uma autoridade ou um influenciador repassa um conteúdo falso, ele ganha muito mais força na rede [Facebook, Twitter, Whatsapp], **pois a credibilidade da autoridade/influenciador passa ao conteúdo**” [grifo da autora](Recuero, 2020).

Cesarino (2021) nos ajuda a pensar essa questão a partir de uma perspectiva cibernética, privilegiando o que a autora chama de arquitetura neoliberal das mídias digitais. Essa arquitetura se produz a partir da difusão massiva de mediações digitais em todas as esferas da vida e gera uma desorganização e reorganização, em outras bases, da produção de conhecimento legítimo. Em outras palavras, a arquitetura neoliberal das mídias digitais põe em marcha uma desorganização e reorganização epistêmica profunda que acaba reduzindo a confiança social no sistema de peritos¹³. Para a autora, os efeitos dessa dinâmica são transversais, e podem ser observados em inúmeras esferas da vida coletiva.

O ponto crucial dessa leitura é a percepção de novas modalidades de mediações por meio de epistemologias emergentes que não se baseiam na produção de ordem perpetrada pela ciência moderna, reorganizando o processo de estabilização da

¹³ Sistema de peritos pode ser entendido como instituições historicamente legitimadas para produzir conhecimento especializado e leituras da realidade (Machado et al. 2020).

verdade. Nesse processo, a passagem de credibilidade da autoridade/influenciador para o conteúdo se deve muito mais a reorganizações epistêmicas que à estabilização e organização produzidas pela legitimidade do sistema de perito.

Essas novas modalidades de mediação são expressas nas performatividades de coletivos. Para Latour (2012) a formação de coletivos se realiza por uma performatividade, são feitos pelos vários modos que lhe dão existência, pelas milhares de vozes contraditórias que buscam defini-lo, compará-lo, estabilizá-lo, torná-lo durável. Nesse processo, as ações são assumidas enquanto um tipo de ação coletivamente produzida, “como um nó, uma ligadura, um conglomerado de muitos e surpreendentes conjuntos de funções que só podem ser desemaranhados aos poucos” (Ibid.). O desemaranhar da ação reside na incerteza, nas controvérsias, ou melhor dizendo, na usual pergunta da Teoria Ator-Rede (TAR): *quem ou o quê está agindo?*

O termo ator-rede situa a ação nesse entremeio da indeterminação, da incerteza, da controvérsia, ao reconhecer que o ator é indeterminado na medida que nunca está em si o ato mas no amplo conjunto de entidades que compõem a ação. Se o ator é essa base provisória da ação, pode-se dizer que “[...] a ação não é local, então não pertence a um lugar específico; é disseminada, variada, múltipla, deslocada, variada [...]” (Ibid.).

Esse amplo conjunto de entidades que compõem a ação não é um coletivo constituído exclusivamente por humanos, mas também por não humanos, ou seja, objetos, técnicas, natureza, etc., tudo que de algum modo, e em algum momento, pode ser compreendido como um mediador que desloca, modifica, traduz, que cria novas conexões na cadeia de mediações, pois “a continuidade de um curso de ação raramente consiste de conexões entre humanos, [...] ou entre objetos, mas, com muito maior probabilidade, ziguezagueia entre umas e outras” (Ibid.). Nesse sentido, a pergunta usual da TAR se modifica: *Quem ou o quê está agindo e de que maneira?*

A complexidade do problema da infodemia, que vem alimentando controvérsias sobre as tomadas de decisão de gestão da pandemia, exige que compreendamos que não há um centro gravitacional unidimensional que nos permita analisar sinedocamente a questão - na ciência, na política, na saúde pública etc - pois é justamente em suas intercessões, no emaranhado de elementos heterogêneos presente na vida coletiva que amplifica os próprios constrangimentos construídos pelas generalizações universais da imaginação ocidental. Esses constrangimentos se referem a dicotomias

do tipo sujeito - objeto; sociedade - natureza; global - local; moderno - tradicional; assim como, às desigualdades e invisibilidades em suas múltiplas facetas¹⁴. Nesse sentido parece ser mais adequado entendê-la em uma perspectiva performativa, buscando observar os vários modos que lhe dão existência, às modalidades de mediação e reorganizações epistêmicas emergentes na formação de coletivos que entram em conflito com a racionalidade científica.

A noção de controvérsias é especialmente interessante para pensar o entremeio entre infodemia e as políticas de contaminação¹⁵ em curso nas ações do Governo Federal. Controversas são fenômenos complexos da vida coletiva, são complexos porque a vida coletiva é complexa. Envolvem todos os tipos de atores, humanos e não humanos, é o momento em que se pode observar o social em sua forma mais dinâmica, são resistentes à redução, são debatidas e conflituosas (Venturini, 2010).

controvérsias são situações na qual os atores discordam (ou melhor, concordam em discordar). A noção de discordância deve ser levada em seu sentido mais amplo: controvérsias começam quando os atores descobrem que não podem se ignorar e terminam quando os atores chegam em um sólido compromisso de viverem juntos. Qualquer coisa entre esses dois extremos pode ser chamada de controvérsia [tradução livre] (Ibid.).¹⁶

As controvérsias podem ser acionadas como dispositivo político para negar consensos, ou a busca por consensos, em questões relacionadas à ciência. Esse dispositivo político se retroalimenta da noção da ciência como o campo de fatos incontroversos e incontestáveis, e da política como o campo das ideologias, das ações interessadas, ou seja, numa leitura de ciência *versus* política. No rastro dessas noções está o pressuposto que a política deve se orientar pela *expertise* científica. Como efeito,

¹⁴ Para Segata (2020b), a pandemia evidencia muitas camadas de vulnerabilidade: situações de desigualdade de acesso a serviços de saúde e de proteção social; fragilização do cuidado de si e do coletivo; precarização do trabalho e o desemprego; inúmeras formas de racismo, exclusão e violência estrutural. Essas vulnerabilidades se ressaltam no “projeto de denegação que tem sido protagonizado por governos que combinam o neoliberalismo e o emergente extremismo de direita, como é o caso do Brasil”.

¹⁵ O termo políticas de contaminação é empregado aqui para assinalar as (des)vontades políticas em curso na gestão da pandemia no Brasil, em especial, na esfera do Governo Federal.

¹⁶ Trecho original: *controversies are situations where actors disagree (or better, agree on their disagreement). The notion of disagreement is to be taken in the widest sense: controversies begin when actors discover that they cannot ignore each other and controversies end when actors manage to work out a solid compromise to live together. Anything between these two extremes can be called a controversy.*

incertezas científicas servem como dispositivo para paralisar a ação política (Latour, 2014).

Em um contexto de superabundância de informação, as controvérsias científicas acerca da COVID-19 ganham força e novas arenas de debate, sobretudo, no campo das estratégias de gestão da pandemia, paralisando possibilidades de ação política, ou até mesmo, viabilizando opções políticas negacionistas. Como diria Latour (Ibid.), “o sucesso dos negacionistas não reside em vencer algum conflito, mas simplesmente em assegurar que o resto do público esteja convencido de que há um conflito”¹⁷. É nesse conflito que surgem modalidades de mediações e reorganizações epistêmicas emergentes.

Vejamos a partir do posicionamento do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, como essa desinformação se torna expressão de uma política de contaminação que performa sobre um emaranhado de elementos heterogêneos, e em disputa, relacionados à COVID-19.

O pronunciamento de 24 de março de 2020, o primeiro pronunciamento oficial do presidente Jair Bolsonaro relacionado a pandemia e com grande repercussão nacional e internacional¹⁸, nos é exemplar para visualizar o fluxo de desinformação a partir do Governo Federal relacionada à COVID-19. A transmissão do pronunciamento ocorreu em cadeia nacional de rádio e televisão às 20:30 horas e se encontra disponível no Canal do Planalto no *YouTube*¹⁹.

Posetti e Bontcheva (2020) apresentam nove temas-chave presentes na infodemia relacionada à COVID-19, a saber: 1) origem e propagação do vírus e da doença; 2) estatísticas falsas e enganosas; 3) impactos econômicos; 4) desacreditar jornalistas e a imprensa; 5) ciência médica; 6) impactos sobre a sociedade e o meio ambiente; 7)

¹⁷ Segundo o autor, essa dimensão do conflito e da paralisação política é muito mais traiçoeira quando a noção de ciência versus política faz parte de um senso comum ampliado, e a questão em jogo envolve o cotidiano de bilhões de pessoas, como o caso da pandemia de COVID-19.

¹⁸ Informações sobre a repercussão entre políticos e autoridades em saúde no Brasil ver: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/03/24/veja-repercussao-ao-pronunciamento-de-bolsonaro-em-que-ele-pediu-volta-a-normalidade-fim-do-confinamento-e-disse-que-meios-de-comunicacao-espalharam-pavor.ghml>. Sobre a repercussão na imprensa internacional ver: <https://veja.abril.com.br/mundo/imprensa-internacional-repercute-discurso-incendiario-de-bolsonaro/>. Acessos em: 26 mar. 2021.

¹⁹ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Vl_DYb-XaAE. Acesso em: 05 jul. 2020.

politização da pandemia; 8) fraudes econômicas; 9) desinformação envolvendo celebridades. Quando relacionamos esses temas-chave com o pronunciamento presidencial visualizamos sua potencialidade de gerar desinformação (**quadro 1**).

Quadro 1. Temas-chave da infodemia de COVID-19 em relação ao pronunciamento presidencial de 24 de março de 2020.

	temas chaves	descrição	pronunciamento	trecho/exemplo
1	origem e propagação	teorias que culpam determinados atores pela origem e causa	✗	ausente
2	estatísticas falsas e enganosas	apresentação de dados falsos ou enganosos como taxas de incidência e mortalidade	✓	<i>O que se passa no mundo tem mostrado que o grupo de risco é o das pessoas acima dos 60 anos. Então por que fechar escolas? Raros são os casos fatais de pessoas sãs com menos de 40 anos de idade. 90% de nós não teremos qualquer manifestação, caso se contamine.</i>
3	impactos econômicos	informações falsas sobre os impactos econômicos e incompatibilidade das medidas de prevenção adotadas com a economia	✓	<i>O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade</i>
4	desacreditar jornalistas e imprensa	ataques que objetiva gerar desconfiança nas informações desses meios	✓	<i>O cenário perfeito, potencializado pela mídia, para que uma verdadeira histeria se espalhasse pelo nosso País.</i>
5	ciência médica	desinformação relacionado a sintomas, diagnóstico e tratamento	✓	<i>No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão</i>
6	impactos sobre a sociedade e meio ambiente	informações falsas sobre abastecimento de insumos, medidas de isolamento e meio ambiente	✓	<i>Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa</i>
7	politização	apresentação apenas de pontos e ações positivas e minimização do	✓	<i>Mas, o que tínhamos que conter naquele momento era o pânico, a histeria e, ao mesmo tempo, traçar a estratégia para salvar vidas e evitar o</i>

		problema		<i>desemprego em massa. Assim fizemos, quase contra tudo e contra todos</i>
8	fraudes econômicas	golpes econômicos e roubo de dados privados	X	ausente
9	desinformação envolvendo celebridades	notícias falsas como diagnóstico de COVID-19 de atores	X	ausente

Percebemos uma certa permeabilidade desses temas-chave na construção narrativa de Jair Bolsonaro, por exemplo, nos **item 6 e 7 do quadro 01** o “conceito de terra arrasada” ao mesmo tempo que funciona como uma informação falsa sobre o impacto social da pandemia também serve para desqualificar as ações de prevenção não farmacológicas tomadas por outras autoridades locais, como governadores e prefeitos,²⁰ diante da ausência de tomadas de decisão do Governo Federal, politizando o tema e minimizando os reais efeitos da pandemia. De igual modo, a partir dessa argumentação, o presidente enfatiza uma perspectiva positiva sobre suas ações, privilegiando uma visão economicista da pandemia, demonstrando somente preocupação com o desemprego em massa, o que acaba por ressaltar uma incompatibilidade das medidas de prevenção à doença por meio do isolamento social com a economia (**item 3 e 7 do quadro 01**). Em suma, a noção de “terra arrasada” utilizada pelo presidente parece ser a linha mestra que serve tanto para ataque como para defesa, pois a suposta “histeria” provocada pela mídia repousa, em boa parte, nesse cenário distópico da ausência que o presidente deseja preencher com a defesa da volta à “normalidade” (**item 3 e 4 do quadro 01**).

Os inevitáveis impactos na economia provocados pela pandemia não são simétricos às medidas de prevenção não farmacológicas, como o distanciamento físico e restrições de mobilidade. Ao contrário, elas demonstram um vínculo entre saúde pública e vulnerabilidades sociais (moradias precárias, saneamento escasso, precarização laboral, baixa qualidade dos serviços de transporte público, desigualdade econômica, racismo, etc.). O dilema entre economia e saúde é falso na medida em que o objetivo

²⁰ Em 15 de abril de 2020 o Supremo Tribunal Federal decidiu pela legalidade de medidas restritivas, como o isolamento social, adotadas por governadores e prefeitos em seus territórios para a gestão da pandemia de COVID-19. Mais informações em: [STF decide que governadores e prefeitos podem decretar isolamento na pandemia - Jornal O Globo](#). Acesso em 16 abr. 2020.

das medidas restritivas para a desaceleração da curva epidêmica²¹ da COVID-19 visa evitar uma desorganização ainda maior da economia, uma vez que as previsões estatísticas, considerando a adoção ou não dessas medidas, indicam um impacto negativo na economia (Correia, Luck, Verner, 2020; Schramm et al, 2020; Schuchmann et al, 2020).

Para Caponi (2020) há duas estratégias biopolíticas que se apresentam para a gestão da pandemia:

uma que aposta na defesa ao direito à vida, direito à saúde, direito a uma morte digna, ciente de que só poderemos recuperar nossa economia já debilitada se aceitamos cuidar-nos entre todos; outra que reforça e reivindica a lógica neoliberal centrada na ideia de assumir os próprios riscos e expor as populações à morte, com todas as características definidas por Achille Mbembe (2011) como necropolítica (Ibid.).

Quando o presidente reitera continuamente sua preocupação com a economia minimizando os efeitos na saúde coletiva, como se referisse a problemas distintos, com origens e soluções distintas, ele demonstra claramente estar alinhado com uma estratégia biopolítica baseada em uma racionalidade neoliberal. Essa racionalidade produz modos de ser sujeito no mundo, um sujeito que acredita ser responsável absoluto por seus êxitos e fracassos, sem nada dever ou pedir ao Estado” (Ibidi.). Nessa lógica, a pandemia e seus desdobramentos parecem ter pouco haver com questões coletivas, fora o fato biológico do contágio, se assemelhando mais a uma nova adversidade que deve ser enfrentada por cada um. Exemplo notório dessa compreensão é a referência que o presidente faz, em seu primeiro pronunciamento oficial, ao seu histórico de atleta e uma suposta resistência ao que denominou de “gripezinha”.

A racionalidade neoliberal parece ser compartilhada entre personagens políticos que buscam alinhar respostas à pandemia, como explicitado no “*Manifiesto: Que la Pandemia no sea un Pretexto para el Autoritarismo*”²², assinada por Mauricio Macri, Mario Vargas Llosa, José María Aznar, entre outros. No entanto, a racionalidade neoliberal se mostra deficitária para lidar com a complexidade da pandemia, que

²¹ A curva epidêmica, ou curva de contágio, é uma representação gráfica da frequência de determinada doença em relação ao tempo. É uma ferramenta utilizada por governos e outras autoridades para a gestão de diversas patologias (SCHUCHMANN et al, 2020).

²² Manifesto da Fundación Internacional para la Libertad (FIL), disponível em: <https://fundacionfil.org/wp-content/uploads/2020/04/Manifiesto-FIL.pdf>

demanda uma gestão politicamente articulada de investimentos no sistema público de saúde, na ciência, na educação, em ações de prevenção e conscientização da população sobre os reais riscos da COVID-19, e em redes de apoio socioeconômico à população.

Outra questão é a fabricação de desinformação a partir da descontextualização de dados. Quando o presidente se utiliza de dados científicos não comprovados e sem citar fontes, como no item **2 do quadro 01**, ele acaba se valendo das incertezas e controvérsias pertinentes à própria produção do conhecimento científico para legitimar sua perspectiva como *verdade*. Exemplo disso é quando o presidente se refere aos supostos tratamentos precoces a partir do uso medicamentoso de cloroquina²³.

O medicamento cloroquina e hidroxicloroquina apresentou alguns resultados satisfatórios contra os SARS-CoV-2 *in vitro*, mas não é recomendado pela a OMS e institutos de pesquisa de diversos países por não apresentar eficácia no tratamento da doença COVID-19 e, em casos mais graves, oferecer riscos à saúde, como alteração do ritmo cardíaco (Henriques e Vasconcelos, 2020). No entanto, de forma precipitada, o remédio foi promovido por chefes de estado como Donald Trump e Jair Bolsonaro (Neves e Ferreira, 2020).

No Brasil, as discordâncias entre o Planalto e o Ministério da Saúde envolvendo o uso de medicamentos sem eficácia comprovada para a prevenção à Covid-19 e a relativização da importância de outras medidas não farmacológicas, comprovadamente eficazes para desacelerar a curva epidêmica levaram à queda de dois Ministros da Saúde em menos de um mês, Henrique Mandetta e Nelson Teich, em 16 de abril e 15 de maio de 2020 respectivamente. O comando da pasta foi entregue ao general três estrelas Eduardo Pazuello, especialista em logística que admitiu ter um grau de conhecimento leigo na área de saúde. Pazuello permaneceu como ministro interino até 16 de setembro de 2020, data em que assumiu definitivamente a pasta.

A partir de 20 de maio de 2020 o Ministério da Saúde permitiu a prescrição médica do uso da cloroquina e hidroxicloroquina para pacientes em fase inicial da COVID-1. A produção desses fármacos passou a acontecer sistematicamente pelo Exército

²³Uma das tramas desencadeadas sobre esse tema pode ser vista na etnografia “*Narrativas entre ciência e política no ativismo da cloroquina*”, sobre as controvérsias em torno da pesquisa CroloCovid-19, de Neves e Ferreira, 2020.

Brasileiro por meio do Laboratório Químico Farmacêutico do Exército (LQFEx). Vale salientar que nesse mesmo período esforços já vinham sendo tomados por cientistas no Brasil e no mundo para alertar sobre riscos à saúde e ineficácia deste medicamento no tratamento preventivo à Covid-19.

As desinformações disseminadas por autoridades políticas incidem na aderência de parte da população às medidas de prevenção farmacológicas não comprovadas (ex.: o uso de fármacos como cloroquina, hidroxiclороquina, entre outros) em alternativa às medidas de prevenção não farmacológicas (ex.: distanciamento físico, restrições de mobilidade, uso de máscaras, etc.), especialmente entre grupos de apoio desses políticos que, por sua vez, produzem redes de comunicação, principalmente nas mídias sociais (*Facebook, Twitter, YouTube, Whatsapp*), contribuindo ainda mais para a construção de um ambiente de desorientação pelo excesso de informação. (Ajzenman, Cavalcanti, Mata, 2020; Galhardi et al, 2020; Machado et al, 2020; Lisboa et al, 2020).

Como exemplo dessa dinâmica, verificou-se que após o pronunciamento presidencial, de 24 de março, “milhares de comentários de usuários nas mídias sociais em dúvida se deveriam ou não interromper a quarentena e uma explosão de notícias falsas relacionadas ao novo coronavírus com fatos políticos” (Galhardi et al, 2020). Houve uma baixa considerável das taxas de isolamento social, proporcional às declarações do presidente contra tais ações, principalmente em regiões com alta penetração das mídias sociais, como o *Twitter*, e pró-governo (Ajzenman, Cavalcanti, Mata, 2020). No Brasil o *Google Trends* apresentou “um pico de 100% no termo 'hidroxiclороquina' no período 15/03/2020 até 21/03/2020 e um pico de 70% no termo 'cloroquina' no período de 22/03/2020 até 28/03/2020, correspondendo aos períodos da fala do presidente” (Lisboa et al, 2020), seguida da publicação do portal do Exército Brasileiro noticiando o incremento na fabricação da cloroquina em suas instalações. Essa busca virtual foi acompanhada por um aumento na procura do medicamento nas farmácias em território nacional²⁴.

Segundo Carreiro e Matos (2019) o uso político das mídias sociais passou nos últimos anos de um estágio instrumental para um cenário mais ativo, complexo e profissional.

²⁴ Ver MELLO, Igor. Apoio de Trump e Bolsonaro amplia em até 2000% compra de hidroxiclороquina”. Uol, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/30/apoiode-trump-e-bolsonaro-amplia-em-ate-2000-compra-de-hidroxiclороquina.htm>. Acesso em 05/05/2020.

“No caso do Brasil, o que parece ser um ponto de virada neste sentido ocorreu com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018, atribuída, em grande medida, ao uso intenso desse tipo de comunicação digital” (Ibid.), desde então esse vem sendo o desenho prioritário de comunicação institucional do governo. Uma das particularidades produzidas nesse novo panorama de comunicação, entre políticos e cidadãos no contexto brasileiro, foi a intensificação das relações de apoio, tornando-se mais coesas e duradouras. De modo semelhante, detratores e críticos tendem a se isolar em outras redes de apoio (Ibid.)²⁵.

Esse tipo de polarização, propiciado pela complexação da comunicação política mediada pelas plataformas digitais, ocorre no debate público sobre a COVID-19. Ao analisar tweets, Recuero (2020) percebe que **“a rede polarizou-se entre aqueles que apoiam a narrativa do isolamento social e aqueles que concordam com o presidente e acham que não é necessário isolamento social”** [grifo da autora], provocando o que a autora chama de guerrilha informativa entre diferentes autoridades e o engajamento de seus respectivos apoiadores. Como consequência dessa dinâmica a autora destaca que:

Essa polarização amplia os efeitos da desinformação. Isso porque os grupos tendem a filtrar a informação que circula dentro deles, privilegiando aquelas que concordam com o seu viés ideológico (as chamadas câmaras de eco). [...] E essa desinformação vai, cada vez, "contaminando" mais a rede e reduzindo a repercussão do Ministério da Saúde, gerando insegurança a respeito das políticas públicas de contenção e ação [grifo da autora] (Ibid.).

Em consonância, ao se debruçar sobre a desinformação a respeito da COVID-19 no YouTube, Machado et al (2020) argumentam, dentre outros pontos, que a disseminação e o teor da desinformação nessa plataforma são heterogêneos e ocorrem “em ‘redes de vídeos’ (baseadas em indicações mútuas) com temáticas, vocabulários e teorias diferentes”. Por mais fabricada que seja a desinformação, as autoras ressaltam que há, em menor ou maior grau, respaldo em figuras públicas de alta projeção que visa a agendas de políticas públicas em saúde, buscando mobilizar a sociedade e influenciar o comportamento coletivo. Nesse contexto existe uma forte

²⁵ Os autores refletem sobre a intensificação das relações de apoio a partir do conceito de coesão partidária, ver: TROMBLE, R. Thanks for (actually) responding! How citizen demand shapes politicians' interactive practices on Twitter. In: new media & society, Vol. 20(2) 676–697. 2016.

rejeição a conteúdo científico e, quando utilizado, inclina-se a projetar e fomentar o entendimento do grupo.

Em linhas gerais, observamos modalidades de mediação e reorganizações epistêmicas emergentes que entram em conflito com a racionalidade científica, de modo que a desinformação se torna expressão de uma (des)vontade política que performa sobre um emaranhado de elementos heterogêneos e controvertidos relacionados à COVID-19.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A descrição e análise sincrônica da infodemia relacionadas a COVID-19 no Brasil nos permitem apontar a falta de coordenação do Governo Federal para gerenciar e mitigar as várias faces da crise sistêmica causada pela pandemia. Por mais que a aprovação pelo Congresso Nacional do Auxílio Emergencial destinada à população mais pobre tenha formado um bolsão de amortecimento à miséria e à fome, a falta de ações sinérgicas e encontradas no nível federal acarretou o abrupto empobrecimento da população abandonada à própria sorte num mercado de trabalho em recessão prolongada e sem perspectiva de melhoria. Na prática, as estruturas de estado montadas a partir de políticas sociais construídas em governos passados, que poderiam ter sido utilizadas para lidar como os efeitos da pandemia na população mais vulnerável, como a ação em rede dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), não foram acionadas, nem receberam verba para promover ações de combate à pandemia e assistência social ao longo desse período.

As mobilizações e opções políticas acionadas pelo Governo Federal, na figura do Presidente Jair Bolsonaro, para a gestão da pandemia apostaram em uma racionalidade neoliberal que se beneficia da superabundância de (des)informação, das controvérsias científicas e do incremento do conflito para paralisar a capacidade de resposta política à pandemia, negar a ciência e legitimar suas políticas.

Sabemos que a infodemia sobre a doença, é um corolário tão grave quanto à própria epidemia, uma vez que coloca em risco de forma direta e imediata a vida das pessoas. Nos parece que no caso brasileiro, o que é necessário se questionar é, em que medida, ações de grupos organizados promovem deliberadamente a circulação de desinformação sobre a pandemia a partir de um viés político condizente com interesses específicos.

Em 27 de maio de 2020 o Ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal classificou como possível organização criminosa uma articulação política de apoiadores do governo Bolsonaro nomeada por “gabinete do ódio”, também verificada pela CPMI das *Fake News* da Câmara dos Deputados do Brasil. Em especial, o Inquérito 4.781 reconhece a existência dessa organização criminosa instalada nas dependências do Palácio do Planalto, sendo composta por assessores do presidente Jair Bolsonaro²⁶. O inquérito das *fake news* não trata da circulação de desinformação sobre COVID-19, no entanto, aponta para estratégias de articulações políticas para a disseminação de notícias falsas contra adversários políticos do atual governo. A questão da desinformação sobre COVID-19, nesse caso particular, aparece mais como resultado de uma conjuntura do que seu objetivo final.

Consideramos que o desenvolvimento do conceito de infodemia busca, em algum grau, compreender a complexidade dos fenômenos informacionais mergulhados em relações sociais mais que humanas, no sentido de possibilitar o reconhecimento da ação de não humanos. Essa contribuição conceitual pode ser direcionada ao rastreamento da produção e veiculação de informações, inclusive falsas, que podem oferecer riscos à saúde e à vida das pessoas no contexto pandêmico. Este esforço de rastreamento tenciona apontar críticas e contribuir para a identificação de possíveis riscos que incidam sobre o próprio processo informacional, enquanto elemento central às democracias vigentes.

REFERÊNCIAS

AJZENMAN, Nicolás, CAVALCANTI, Tiago, Da MATA, Daniel, 2020. More Than Words: Leaders' Speech and Risky Behavior during a Pandemic. SSRN. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3582908>. Acesso em: 13 jul. 2020.

ALMEIDA, Fábio Chang de, 2011. O historiador e as fontes digitais: uma visão acerca da internet como fonte primária para pesquisas históricas. *Aedos*. 2011. vol. 3, no. 8, p. 09-30. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/16776>. Acesso em: 22 mar. 2018.

CARREIRO, Rodrigo; MATOS, Eurico, 2019. Presidente eleito, e agora? Analisando as estratégias de comunicação digital no Twitter do Governo de Jair Bolsonaro. Em: *VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Rio de

²⁶Mais informações disponíveis em: https://www.google.com/url?q=https://www.cnnbrasil.com.br/politica/2020/05/27/leia-a-integra-da-decisao-de-alexandre-de-moraes&sa=D&source=editors&ust=1616785864579000&usg=AOvVawoi5mv-sXUZ09Z7Ls_a_MTW. Acesso em: 26 mar. 2021.

- Janeiro, RJ: COMPOLÍTICA. 2019. Disponível em:
http://ctpol.unb.br/compolitica2019/GT1/gt1_Carreiro_Matos.pdf.
- CAPONI, Sandra, 2020. Covid-19 no Brasil: entre o negacionismo e a razão neoliberal. *Estudos Avançados*. 2020. vol. 34, no. 99, p. 209-22. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173382>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- CESARINO, Letícia, 2021. Pós-verdade e a crise do sistema de peritos: uma explicação cibernética. *Ilha: Revista de Antropologia*. 2020. vol. 23, no. 1, p. 73-96. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha>. Acesso em: 24 mar. 2021.
- CORREIA, Sérgio, LUCK, Stephan e VERNER, Emil, 2020. Pandemics Depress the Economy, Public Health Interventions Do Not: Evidence from the 1918 Flu. SSRN, 2020. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3561560>. Acesso em: 08 ago. 2020.
- GALHARDI, Cláudia Pereira, FREIRE, Neyson Pinheiro, MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. 2020. Fato ou Fake? Uma análise da desinformação frente à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*. 2020. vol. 25, supl. 2, p. 4201-4210. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232020006804201&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2020.
- GALLOTTI, Ricardo, VALLE, Francesco, CASTALDO, Nicola, et al., 2020. Assessing the risks of 'infodemics' in response to Covid-19 epidemics. *Nature Human Behaviour*. 2020. vol. 4, p. 1285-1293. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-020-00994-6>. Acesso em: 01 nov. 2020.
- HENRIQUES, Cláudio Maierovitch Pessanha, VASCONCELOS, Wagner, 2020. Crises dentro da crise: respostas, incertezas e desencontros no combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. *Estudos Avançados*. 2020. vol. 34, no. 99, p. 25-44. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/173368>. Acesso em: 20 nov. 2020.
- LATOUR, Bruno, 2012. *Reagregando o social*. Salvador, Brasil: Edufba; Bauru, Brasil: Edusc, 2012.
- LATOUR, Bruno, 2014. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do Antropoceno. *Revista de Antropologia*. 2014. vol. 57, no. 1, p. 11-31. Disponível em:
<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/87702>. Acesso em: 15 jun. 2021.
- LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de, TARRAGÓ, Nancy Sanchez, MORAES, Danielle, et al., 2020. Emergência de saúde pública global por pandemia de COVID-19: desinformação, assimetria de informações e validação discursiva. *Folha de Rostov: Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação*. 2020. PrePrint. Disponível em:
<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/download/410/508/508>. Acesso em: 30 out. 2020.
- LISBOA, Lucas A., FERRO, João Vitor R., BRITO, José Rubens S., et al., 2020. A Disseminação da Desinformação Promovida por Líderes Estaduais na Pandemia da COVID-19. Em: *WORKSHOP SOBRE AS IMPLICAÇÕES DA COMPUTAÇÃO NA SOCIEDADE*. Porto Alegre, RS: Sociedade Brasileira de Computação. 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.5753/wics.2020.11042>. Acesso em: 09 out. 2020.
- MACHADO, Caio C. Vieira, DOURADO, Daniel, Santos, João Guilherme, et al., 2020. *Ciência Contaminada*. Relatório de pesquisa: LAUT/INCT.DD/Cepedisa. 2020. Disponível em: <https://laut.org.br/ciencia-contaminada/>. Acesso em: 10 nov. 2020.

MATTA, Gustavo Corrêa, MORENO, Arlinda Barbosa, 2014. Saúde global: uma análise sobre as relações entre os processos de globalização e o uso dos indicadores de saúde. *Interface: Comunicação, Saúde e Atenção, Botucatu*. 2014. vol. 18, no. 48, p. 9-22. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-32832014000100009. Acesso em: 27 nov. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2020. Coronavírus COVID-19. 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/>. Acessado 10 maio 2020.

NEVES, André Luiz Machado das, FERREIRA, Breno de Oliveira, 2020. Narrativas entre ciência e política no ativismo da cloroquina. *Psicol. Soc.* 2020. v. 32, e020006, 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822020000100405&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2020.

POSETTI, Julie, BONTCHEVA, Kalina, 2020. *Disinfodemic: Deciphering COVID-19 disinformation*. Policy brief: UNESCO. 2020. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/disinfodemic_deciphering_covid19_disinformation. Acesso em: 22 jul. 2020.

RECUERO, Raquel, 2020. Desinformação e os riscos para a Pandemia de Coronavírus. *Medium*. 27 mar. 2020. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/desinforma%C3%A7%C3%A3o-e-os-riscos-para-a-pandemia-de-coronav%C3%ADrus-bodeg521d4fe>. Acesso em: 07 out. 2020.

RIFIOTIS, Theophilos, 2016. Desafios contemporâneos para a antropologia no ciberespaço: o lugar da técnica. Em: *Políticas Etnográficas no Campo da Cibercultura*. Brasília, DF: ABA Publicações; Joinville, SC: Letradágua. p. 115-128.

ROTHKOPF, David J., 2003. When the buzz bites Back. *The Washington Post*. 11 maio 2003. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/opinions/2003/05/11/when-the-buzz-bites-back/bc8cd84f-cab6-4648-bf58-0277261af6cd/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

SCHUCHMANN, Alexandra Zanella, SCHNORRENBURGER, Bruna Luiza, CHIQUETTI, Maria Eduarda, et al., 2020. Isolamento social vertical X Isolamento social horizontal: os dilemas sanitários e sociais no enfrentamento da pandemia de COVID-19. *Braz. J. Hea. Rev.* 2020. vol. 3, no. 2, p.3556-3576. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BJHR/article/view/9128/7738>. Acesso em: 29 set. 2020.

SCHRAMM, Fermin Roland, BORGES, Luna, FORTES, Pablo, et al., 2020 O aparente dilema implicado pela pandemia da COVID-19: salvar vidas ou a economia? *Observatório Covid-19 Fiocruz*. 2020. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41374>. Acesso em: 28 out. 2020.

SEGATA, Jean, 2020a. Covid-19: escalas da pandemia e escalas da antropologia. *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*. 23 mar. 2020. Disponível em: [Boletim Cientistas Sociais | n. 2 \(anpocs.org\)](https://www.anpocs.org/boletim-cientistas-sociais/n.2). Acesso em: 28 set. 2020.

SEGATA, Jean, 2020b. Covid-19, biossegurança e antropologia. *Horizontes antropológicos*. 2020. vol. 26, no. 57, p. 275-313. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832020000200275&lng=pt&nrm=iso. Acessos em: 20 nov. 2020.

VENTURINI, Tommaso, 2010. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. *Public Understanding of Science*. 2010. vol. 19, no. 3, p. 258-273. Disponível em: <http://www.sagepublications.com/>. Acesso em 22 mar. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2020b. *An ad hoc WHO technical consultation managing the COVID-19 infodemic: call for action, 7-8 April 2020*. Relatório executivo. Geneva: World Health Organization. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240010314>. Acesso em: 06 out. 2020.